

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.793 - SP (2019/0328939-8)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : **BRADESCO SAUDE S/A**
ADVOGADO : **ALESSANDRA MARQUES MARTINI - SP270825**
RECORRIDO : **MARIANA GASPARINI CALLEGARI**
ADVOGADO : **DANIELLA MACHADO DOS SANTOS - SP0218576**

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por **BRADESCO SAÚDE S/A.**, manejado contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

1. Discute-se no apelo nobre de fls. 221/236, e-STJ, a legalidade ou abusividade de cláusula contratual com previsão de coparticipação para tratamento psiquiátrico após o 30º dia de internação.

A Segunda Seção desta Corte afetou a questão à sistemática de recursos repetitivos, cadastrada como **Tema 1.032**, assim delimitada a controvérsia:

Definição da tese alusiva à legalidade ou abusividade de cláusula contratual de plano de saúde que estabelece o pagamento parcial pelo contratante, a título de coparticipação, na hipótese de internação hospitalar superior a 30 dias decorrente de transtornos psiquiátricos.

Ademais, foi determinada a suspensão da tramitação de processos em todo território nacional, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC/2015.

Dessa forma, impõe-se a devolução dos autos ao eg. Tribunal de Origem para que seja observada a sistemática prevista nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, conforme determinação prevista no art. 256-L do Regimento Interno desta Corte Superior, que assim dispõe:

Art. 256-L. Publicada a decisão de afetação, os demais recursos especiais em tramitação no STJ fundados em idêntica questão de direito:

I - se já distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem, para nele permanecerem suspensos, por meio de decisão fundamentada do relator;

II - se ainda não distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem por decisão fundamentada do Presidente do STJ.

Por fim, registre-se que, segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, o ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que seja exercido o competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015) não possui carga decisória, por isso se trata de provimento irrecorrível.

Nesse sentido: AgInt no REsp 1140843/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 30/10/2018, AgInt nos EDcl nos EREsp 1.126.385/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 20/09/2017; AgInt no REsp 1663877/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 04/09/2017; AgInt no REsp

Superior Tribunal de Justiça

1661811/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018.

2. Do exposto, proceda-se à restituição dos autos à origem, devendo ser realizada a devida baixa nesta Corte Superior, até o julgamento definitivo da matéria submetida à sistemática dos recursos repetitivos (**Tema 1.032**) e eventual retratação prevista nos arts. 1.040, inciso II, e 1.041, ambos do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator